



## **PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**

Rodrigo Silva Lima<sup>1</sup>  
Ana Cristina Oliveira de Oliveira<sup>2</sup>  
Ana Paula Ornellas Mauriel<sup>3</sup>  
Kátia Regina de Souza Lima<sup>4</sup>

### **Resumo**

Na celebração de uma década do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, quatro grupos de pesquisa se reuniram para elaboração do artigo que articula as reflexões apresentadas em Mesa Coordenada realizada na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). O texto, amparado teoricamente por autores da tradição marxista e por experiências acadêmicas coletivas, objetiva reafirmar a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio da universidade pública. A metodologia de exposição abarca o esforço coletivo em pautar tal indissociabilidade por meio do exame das particularidades do desenvolvimento desigual e combinado no território latino-americano, com ênfase na realidade brasileira e foco no debate sobre o Estado, as políticas públicas e as contradições na formação acadêmica e no trabalho de assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Serviço social; pós-graduação; desenvolvimento regional; ensino, pesquisa e extensão.

### **POSTGRADUATE IN SOCIAL WORK AND REGIONAL DEVELOPMENT: inseparability between teaching, research and extension**

### **Abstract**

In celebration of a decade of the Postgraduate Program in Social Work and Regional Development, four research groups came together to prepare the article that articulates the reflections presented at the Coordinated Table held at the XI International Conference on Public Policies (JOINPP). The text, theoretically supported by authors from the Marxist tradition and by collective academic experiences, aims to reaffirm the importance of the inseparability between teaching, research and extension as a principle of the public university. The exhibition methodology encompasses the collective effort to guide this inseparability through the examination of the particularities of uneven and combined development in Latin American territory, with an emphasis on the Brazilian reality and the focus on the debate on the State, public policies and contradictions in academic training and practice of social workers.

**Keywords:** Social work; postgraduate; regional development; teaching, research and extension.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.38>

---

<sup>1</sup> Assistente social. Professor Associado da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rodrigolima@id.uff.br.

<sup>2</sup> Assistente social. Professora Associada da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: anacristinaoliveira@id.uff.br.

<sup>3</sup> Assistente social. Professora Associada da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: apmaurriel@gmail.com.

<sup>4</sup> Assistente social. Professora Associada da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF) – Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: katiasslimauff@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

É esperado de um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social uma íntima relação com o curso de graduação e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, para alcançar esses objetivos, inúmeros fatores precisam ser levados em consideração, tais como: planejamento, um corpo docente e discente comprometido, índices de produtividade e de qualidade aferidos em avaliações quadrienais, a formação intelectual de novos quadros de pesquisadores em temas relevantes e prioritários para o Serviço Social, etc.

Constata-se que, no Brasil, a pós-graduação caminhou em direção às contrarreformas dos anos 1990, agravando a competitividade, que revela uma espécie de 'darwinismo acadêmico', e formas diferenciadas de fragmentação na produção de conhecimento. Porém, há resistência ao individualismo exacerbado e à competitividade, e a experiência descrita revela as tentativas de articulação e trabalho coletivo que resultam na tão proclamada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, na celebração de dez anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR/UFF), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS); o Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE); o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS) e o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) se reuniram para elaboração de um artigo, da edição especial da Revista Políticas Públicas, que articula as reflexões apresentadas em Mesa Coordenada realizada na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas.

O texto, amparado por autores da tradição marxista, analisa o esforço coletivo de implementação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública pelo exame das particularidades do desenvolvimento desigual e combinado no território latino-americano, com ênfase na realidade brasileira, bem como das contradições nas relações do Estado e, sobretudo, nas políticas públicas, na formação acadêmica e no trabalho de assistentes sociais. Está dividido em três partes articuladas: o Programa de pós-graduação e sua configuração; o desafio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão na construção da universidade pública; e a contribuição dos grupos de pesquisa para a interlocução entre graduação e pós-graduação. Por fim, são destacadas experiências concretas de articulação, a síntese da produção intelectual recente e as estratégias para socialização do conhecimento e fortalecimento da formação e do trabalho de assistentes sociais.

## 2 O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A ofensiva neoliberal no Brasil intensificou os processos de privatização da educação superior e, de acordo com Saviani (2020), a lógica do mercado vem impelindo um divórcio entre cursos de graduação e de pós-graduação. Dentre outras questões, essa separação se expressa em índices quantitativos das instituições e do alunado, ou seja, têm-se uma proporção de quatro instituições privadas para uma pública. No caso da pós-graduação *stricto sensu*, isso se inverte com o predomínio de instituições públicas. Enquanto os cursos de pós-graduação *lato sensu* assumem características não menos importantes, como o aperfeiçoamento e a especialização, e ensejam uma espécie de prolongamento do ensino obtido na graduação, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, inspirados em experiências acadêmicas estadunidenses<sup>1</sup>, são organizados sob as formas de mestrado e doutorado e, em relação ao ensino e à pesquisa, possuem objetivos próprios e distintos da graduação: “nessa condição, diferentemente dos cursos de graduação que estão voltados para a formação profissional, a pós-graduação *stricto sensu* se volta para a formação acadêmica voltada ao objetivo da formação de pesquisadores” (SAVIANI, 2020, p. 23).

Em fecunda iniciativa de sistematizar as atividades de impacto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR/UFF), Barboza; Pereira; Vale (2020) demonstram que, desde os anos de 1990, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>2</sup> vem impondo uma reestruturação na universidade. Seja por meio da racionalidade do conjunto de operações gerenciais, que se ampara numa métrica produtivista da avaliação do sistema de pós-graduação, seja numa tentativa de adequação a novas exigências acadêmicas diante da restrição orçamentária destinada às instituições públicas federais. Na concepção e estruturação dessa Pós-Graduação, de acordo com Ramos, Oliveira e Soares (2020), vem se enfrentando desafios derivados de fragmentações e profundas transformações sociais e, diante das particularidades do capitalismo dependente, isso torna ainda mais difícil a sustentação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No contexto de criação do PPGSSDR, mais especificamente no ano de 2012, havia a discussão sobre a institucionalização das cotas pelo governo de Dilma Rousseff<sup>3</sup>, medida que foi vista com desconfiança inclusive pelas forças da esquerda. Se a sanção da lei que reservava cinquenta por cento das vagas de universidade públicas para estudantes pretos, pardos ou indígenas que cursaram ensino médio na rede pública pode ser considerada um acerto<sup>4</sup>, por outro lado o governo foi duramente criticado ao adotar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ampliar o Programa Universidade

para Todos (Prouni) e expandir as unidades de ensino superior privado com a massificação de cursos de graduação na modalidade à distância. Nesse período, o funcionalismo público federal realizou uma das mais longas greves da história e, ao contrário do que divulgavam os grandes veículos de comunicação, não se tratava apenas de “aumento salarial”, mas de uma luta pela reestruturação e valorização da carreira docente, pelo aumento de investimentos em infraestrutura e pela contratação de pessoal por meio de concursos públicos, dentre outros pontos demandados (FARAGE; LIMA, 2022).

É importante salientar que, de acordo com Barboza, Pereira e Vale (2020), a universidade está intimamente relacionada ao projeto de nação e tem que formar profissionais altamente qualificados, produzir reflexão crítica, socializar conhecimento e fomentar condições para enriquecimento intelectual de seus integrantes. A proposta do PPGSSDR tem incentivado produções vinculadas a nove Núcleos de Pesquisa e/ou Extensão: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS); Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE); Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE); Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Serviço Social e Saúde (NUEPSS); Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS); Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA); Núcleo de Pesquisas e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (NEPEQ); Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS).

As áreas de pesquisas do PPGSSDR são distribuídas em duas grandes linhas: a primeira, Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira, enfatiza a realidade brasileira e os aspectos relacionados às desigualdades de classe, gênero, raça/etnia. Aborda discussões relativas aos processos de acumulação e desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e à relação de dependência entre países centrais e aqueles localizados na periferia do capitalismo; e a segunda, Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional, salienta os estudos relacionados ao ordenamento estatal e como se ordenam ações em resposta a conflitos e lutas inter e intraclases na contemporaneidade. Além de políticas repressivas, o Estado desenvolve diferentes políticas públicas, e seu reordenamento, sob a ótica gerencialista, tem impactado a formação e o trabalho de assistentes sociais. Busca-se e consolidar estudos e maior conhecimento crítico e instrumental. Dentre as diferentes ações e temas, identificam-se, pelo menos, oito grandes eixos de preocupação:

- (I) estudos sobre a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais a partir de acúmulos nos fundamentos teóricos, históricos e metodológicos da área;
- (ii) pesquisas em temas relacionados ao direito à cidade e políticas públicas, movimentos sociais urbanos, acesso à educação básica e direito à terra urbana;
- (III) crítica à construção social criminalizadora de classe social, do sexismo e do racismo na produção do espaço na

modernidade ocidental, com recorte particular à formação social brasileira; (IV) estudos sobre o direito à terra, à educação e ao trabalho no campo, reforma agrária, processos políticos, lutas sociais e movimentos sociais no campo; (V) produções vinculadas a redes nacionais e internacionais de pesquisa sobre o sentido do ensino superior e o papel da universidade na formação em contexto hegemônico de financeirização na dinâmica de acumulação capitalista, o direito à educação pública e de qualidade; (VI) pesquisas relativas ao direito ao trabalho, transformações no "mundo do trabalho" decorrentes das dinâmicas econômicas e impactos na esfera produtiva, enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas; (VII) estudos sobre direito ao acesso a serviços de qualidade e humanizados na saúde mental e no trato à questão da dependência química; (VIII) estudos no campo dos direitos humanos, entre outros (BARBOZA; PEREIRA; VALE, 2020, p. 556-7).

Tais eixos resultam de um processo histórico, iniciado na década de 1970, com os avanços e as tendências da produção do conhecimento em Serviço Social (KAMEYAMA, 1998), com a emergência, consolidação e espraiamento da perspectiva da intenção de ruptura sobre a categoria profissional, sobretudo, com a renovação do Serviço Social em agências acadêmicas e organizações representativas (PAULO NETTO, 2005) e com a possibilidade de revisitar a pesquisa acadêmica do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* e de sua relevância no contexto da Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (IAMAMOTO *et al.*, 2022). A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ao longo desses anos, tem intensificado o papel de coordenar e articular o projeto de formação graduada e pós-graduada em Serviço Social e, em consonância com entidades representativas da categoria, defender a universidade pública, gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada.

### **3 O DESAFIO DA INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

O presente item, sem a pretensão de esgotar o tema, integra um amplo conjunto de reflexões sobre a necessidade de garantia do princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como elemento fundante da universidade pública brasileira. Tais reflexões também evidenciam a defesa da universidade pública como lócus de formação profissional e de produção do conhecimento científico que atenda os interesses e as demandas da maioria da população brasileira em suas lutas cotidianas por condições dignas de vida e de trabalho.

Nesse sentido, pensar e fazer a universidade pública pressupõe articular estas três dimensões do trabalho docente e da formação profissional: o ensino, a pesquisa e a extensão. Associada à autonomia político-pedagógica, financeira e de gestão em relação aos governos e partidos, a indissociabilidade é concebida como uma estratégia fundamental na construção do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico de uma nação.

O referido Programa de Pós-graduação foi criado em 2012, na Escola de Serviço Social

da UFF, ofertando o mestrado acadêmico com vistas à formação de docentes e pesquisadores, bem como à qualificação permanente de assistentes sociais. Seu currículo foi organizado nos seguintes núcleos temáticos: (I) o desenvolvimento no capitalismo, (II) as particularidades da formação social brasileira, (III) a ação do Estado na relação que estabelece com as classes sociais, considerando aspectos de classe, raça/etnia e gênero, (IV) a configuração das políticas públicas brasileiras e (V) os dilemas e desafios contemporâneos para a formação e o trabalho do(a) assistente social.

Consideramos — tomando como base de fundamentação teórica o diálogo estabelecido com o pensamento sociológico e educacional de Florestan Fernandes e com os documentos do ANDES/SN (2013) e da ABEPSS (2017) sobre a educação superior brasileira — que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, congregando as nucleações acima apresentadas, constitui-se uma importante estratégia de produção do conhecimento científico. Nesse quadro analítico é que está inscrito o esforço de construção coletiva da indissociabilidade, que vem sendo realizado no PPGSSDR a partir das atividades acadêmicas relacionadas com o exame das particularidades da formação social brasileira, do papel do Estado e das políticas públicas.

Partimos da premissa de que as análises da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e da natureza da burguesia brasileira são dois elementos teóricos, e, portanto, políticos, fundamentais para apreensão da gênese e do desenvolvimento da educação superior no Brasil. Identificando os requisitos estruturais e dinâmicos das particularidades do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, Fernandes (1968; 1975; 1975b) considera que a natureza da burguesia brasileira será forjada na configuração do padrão compósito de hegemonia que faz com que se associe, historicamente, ao imperialismo e aos setores mais arcaicos da economia brasileira, operando, simultaneamente, o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Assim, o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas; de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais configuram uma mentalidade burguesa extremamente reacionária, egoísta e estreita, que realiza uma superexploração da força de trabalho, gerando frações da classe trabalhadora apartadas do acesso às condições mínimas de vida, inerentes ao próprio capitalismo.

Florestan Fernandes (1975c) ressalta que o padrão compósito de hegemonia burguesa instaurado no Brasil faz com que os segmentos conservadores brasileiros tenham, ao longo da nossa história, dificuldades em garantir até mesmo as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo, concebidas como ameaças à concentração de renda, prestígio e poder burguês. O padrão dependente de educação superior associado ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista expressa, dessa forma, o papel desse nível de educação nos países marcados pela inserção capitalista

dependente na economia mundial, como o Brasil: a constituição de um importante campo de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais; a transmissão e adaptação de conhecimentos produzidos nos países centrais para formação aligeirada dos trabalhadores e a formação qualificada de quadros dirigentes, quando direcionada aos filhos da burguesia, reciclando sistematicamente a dualidade educacional como elemento estruturante e dinâmico da educação brasileira.

Como desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão dos movimentos estudantis, sociais e sindicais para a destruição da monopolização do conhecimento pelas classes dominantes; para a democratização interna das universidades públicas e a alocação de verba pública exclusivamente para a educação pública, configurando uma acirrada disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade.

É nesse quadro de fundamentação teórica que inscrevemos os princípios que devem reger a universidade pública brasileira. Partimos da concepção de que a educação, como um direito social dos(as) trabalhadores(as), deve ser pública e gratuita em seus diferentes níveis e modalidades, constituindo a sua oferta e financiamento em uma obrigação do Estado. Assim, a universidade pública, como patrimônio social da classe trabalhadora, possui como tarefas político-pedagógicas a formação qualificada da força de trabalho e a produção e socialização do conhecimento científico, tendo em seu horizonte de ação o atendimento às demandas e aos interesses da maioria da população brasileira. Tais concepções construídas pelos movimentos estudantis, sindicais e sociais são inconciliáveis com as concepções privatistas e mercadológicas defendidas pela burguesia, em sua face local ou internacional. Para a classe trabalhadora, a educação não pode ser um privilégio de classe, raça ou etnia, nem um serviço negociado no lucrativo mercado educacional.

Objetivando garantir suas atividades acadêmicas, a universidade pública reivindica, historicamente, seu caráter público; a exclusividade do financiamento público; a autonomia pedagógica e de gestão em relação aos governos e partidos, bem como a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. A integração dessas três dimensões rompe com uma concepção de ensino (no âmbito da graduação e da pós-graduação) reduzida à mera reprodução de informações, na qual o docente apresenta o conteúdo pedagógico que será absorvido pelo estudante, sem criticidade e criatividade. Na mesma direção,

social e econômico — do país, não podendo ser submetida a critérios de produção industrial ou de mercado, devendo respeitar as condições específicas das diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento do trabalho acadêmico (ANDES/SN, 2013, p. 20).

A pesquisa, portanto, é instância formadora do sujeito investigador e o ensino expressa uma dimensão formativa alicerçada na investigação da realidade social, política, econômica e ideocultural. Por fim,

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. As ações advindas desses projetos devem ser gratuitas e seus resultados, mesmo quando fruto de convênios, devem ser publicizados sem restrições, permitindo a sua apropriação pela sociedade (ANDES/SN, 2013, p. 21).

Assim sendo, as três dimensões formadoras (ensino, pesquisa e extensão) estão articuladas: o ensino estimula à investigação para apreensão das dinâmicas da realidade brasileira; a pesquisa forma o sujeito político em sua relação com o conhecimento científico e a extensão qualifica a formação pelo diálogo que oportuniza com os problemas sociais que afligem a população brasileira em suas lutas diárias por condições dignas de vida e de trabalho. As três dimensões devem e precisam estar articuladas no âmbito da graduação e da pós-graduação, particularmente, *stricto sensu*.

Tal diretriz, defendida pelo ANDES/SN, também está presente nas formulações da ABEPSS para a política de pós-graduação da área de Serviço Social, especialmente, no documento intitulado *Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil*. Esse documento indica como principais desafios à Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: (I) o fortalecimento da solidariedade institucional que enfrente o individualismo acadêmico estimulado pelas políticas de avaliação institucional; (II) a articulação entre graduação e pós-graduação em Serviço Social; (III) a distinção entre produtivismo e produção científica, ressaltando que a socialização do conhecimento científico é tarefa primordial da universidade pública brasileira e (IV) a internacionalização da área nos marcos da formação de amplas redes de pesquisadores que expressem a solidariedade no processo de produção coletiva e crítica do conhecimento científico (ABEPSS, 2017).

Os princípios defendidos pelo ANDES/SN (2013) e pela ABEPSS (2017) reafirmam, desse modo, a concepção (I) da educação como direito social da classe trabalhadora; (II) da universidade pública como locus de formação do sujeito político crítico e criativo e de produção do conhecimento científico, ancorada nas necessidades históricas da classe trabalhadora e (III) da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como estratégia garantidora da produção do conhecimento científico e de sua democratização, rompendo com a concepção histórica da educação como privilégio de classe, raça e etnia.



É nesse sentido, portanto, que identificamos os esforços coletivos de construção da indissociabilidade realizados nas atividades acadêmicas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF, conforme orientação político-pedagógica da ABEPSS, como examinaremos a seguir.

#### **4 A INTERLOCUÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nos fornece indicações, por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs), do papel dos grupos de pesquisa na atual conjuntura, os quais devem funcionar não só para produção de conhecimento de forma isolada, mas como espaços de fortalecimento coletivo dos pesquisadores e de articulação entre graduação e pós-graduação, na medida em que considera que a dimensão investigativa atravessa todos os níveis da formação profissional, e encontra-se em intrínseca relação com a natureza interventiva da profissão (ABEPSS, 2009).

A conexão entre graduação e pós-graduação, em nossa análise, não pode ser realizada sem a mediação entre o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Escola de Serviço Social, a área de concentração e as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Considerando o sentido da apreensão crítica do processo histórico como totalidade, o pressuposto central das Diretrizes é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-político-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais, os quais devem estar organizados de forma dinâmica, por isso estruturados em núcleos de fundamentação organicamente articulados, possuindo um conjunto de conhecimentos indissociáveis, ainda que guardem suas particularidades.

A atitude investigativa, fundada, sobretudo, nas grandes áreas das ciências sociais e humanas, revela-se necessária para um profissional que tem seu espaço sócio-ocupacional dado, direta ou indiretamente, por expressões da “questão social”. Contudo, diante da heterogeneidade de perspectivas metodológicas nessas áreas do conhecimento, sustenta-se, no espaço da formação e da atuação profissional de assistentes sociais, a necessária recorrência uma perspectiva teórico-metodológica que permita, sobretudo, a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.

Em razão disso, uma das exigências postas nas Diretrizes Curriculares de 1996, que orientam os cursos de graduação em Serviço Social, é que as disciplinas que compõem o currículo sejam direcionadas à formação de um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no

conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional.

Nesse sentido, a pesquisa no Serviço Social destaca-se como preponderante, sobretudo, para a análise de determinações sócio-históricas, tais como conjunturas políticas, econômicas e sociais que redesenham, redefinem e desafiam os espaços ocupacionais ao considerar substratos basilares para as requisições das ações profissionais de assistentes sociais. Essa perspectiva é necessária para a direção política construída por essa categoria profissional e consolidada em seu projeto ético-político. A partir de agora, serão salientadas e disseminadas as exigências de “curricularização da extensão” (ABEPSS, 2022).

#### **4.1 Experiências de ensino, pesquisa e extensão na história do programa de pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional**

As iniciativas de construção da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão aqui destacadas estão sendo desenvolvidas no PPGSSDR/UFF e relacionadas, particularmente, à formação social brasileira, ao papel do Estado e das políticas públicas, eixos fundamentais dos estudos e pesquisas da área de Serviço Social, como examinaremos a seguir.

Nos primeiros anos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS), criado em 2006, o grupo integrava a Rede Universitas/Br, formada por pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente aqueles do Grupo de Trabalho (GT 11) – Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). A partir do ano de 2020, passou a integrar a Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social/CADESS, que se constitui em uma rede formada por dezenas de pesquisadores atuantes no GEPESS/UFF e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente/GEDUSSC, vinculado ao Departamento de Serviço Social/UnB e ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília/UnB. A Rede CADESS/UFF/UnB tem como objetivos principais: (I) analisar as configurações atuais da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial; (II) examinar as alterações na política de educação básica e superior, campos de atuação profissional do assistente social e (III) investigar as alterações na política de educação superior e os rebatimentos na formação profissional dos assistentes sociais.

Diante das exigências da formação graduada e pós-graduada em Serviço Social, cujo diálogo com a tradição marxista é uma condição *sine qua non*, as preocupações com os estudos e pesquisas sobre a formação social brasileira, iluminadas pela obra de Florestan Fernandes e pela perspectiva dos “de baixo”, têm aglutinado o conjunto de pesquisadores do GEPESS. Como resultado

da produção do conhecimento coletivo, “Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes” (LIMA, 2020), demonstra as contradições que impulsionam a lutas de classes e, “como peça de combate”, se nutre do enfrentamento político dos movimentos docente e estudantil. Dividido em quatro partes — (I) Capitalismo dependente, racismo estrutural e universidade pública; (II) Colonialismo educacional e privatismo: as movimentações lucrativas do FIES e dos Fundos Patrimoniais; (III) Institutos federais e as novas-velhas faces da dualidade educacional no capitalismo dependente e (IV) Racismo estrutural, educação e lutas sociais no Brasil —, tem provocado reflexões no Serviço Social e superado vestígios da perspectiva endógena da profissão.

De acordo com as atividades de ensino ofertadas no PPGSSDR/UFF, os estudantes da graduação que participam das disciplinas com os professores (que atuam tanto na graduação como no programa de pós-graduação) e com os mestrandos em Estágio em Docência são incentivados aos estudos sobre as particularidades da dinâmica da luta de classes em países de capitalismo dependente. Desse estímulo, resultam Trabalhos de Conclusão de Curso e experiências ricas de Monitoria e Iniciação Científica/IC que inspiram os demais grupos de pesquisa e estimulam a solidariedade nas práticas acadêmicas.

As atividades constitutivas do Curso de Extensão “Desenvolvimento Capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social”, ofertado pelo PPGSSDR/UFF, têm por objetivos centrais a apreensão das particularidades do padrão de desenvolvimento do Brasil como país de capitalismo dependente e a constituição histórica da relação entre Estado e classes sociais. Esses elementos estão encadeados à análises do desenvolvimento das políticas públicas e de sua incidência na formação e no trabalho de assistentes sociais no Brasil. Organizado em três módulos, o curso possui como diretrizes programáticas os estudos sobre o imperialismo e a lei do desenvolvimento desigual e combinado; o conceito de capitalismo dependente como elemento chave para o estudo da formação social brasileira e as políticas públicas no Brasil, problematizando a formação profissional e o trabalho dos(as) assistentes sociais brasileiros(as).

A partir da criação do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE), em 2009, e do aprofundamento da pesquisa sobre capitalismo e combate à pobreza (MAURIEL, 2011), se abriu uma perspectiva de abordagem marxista para estudos sobre temas como desenvolvimento capitalista, capitalismo dependente, Estado, política social, assistência social, questão social, pobreza e desigualdade.

A experiência do curso de extensão *O trabalho de assistentes sociais na política de assistência social, constituiu uma interlocução importante com o Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região (CRESS RJ)* mostrou que objetivava pensar criticamente a atuação profissional no

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir dos eixos gestão, financiamento e controle social e dos níveis de proteção, correlacionando-os com as controvérsias que vêm direcionando os debates sobre essa política nos principais fóruns de debates do Serviço Social — sua relação/contradição com o Projeto Ético-Político; a relativa autonomia profissional e a questão das atribuições e competências.

No que se refere aos temas do Estado e da dependência, além dos acúmulos no ensino na pós-graduação, seu desenvolvimento como área de pesquisa tem a ver com os amadurecimentos trazidos pela participação nas edições da disciplina de Teoria do Estado no âmbito da graduação e de participação como docente nas edições do curso de extensão *Desenvolvimento capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social*, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional.

Outro fato marcante foi a oferta de uma disciplina optativa sobre neoliberalismo no Programa de Pós-Graduação, o que acabou por constituir parcerias que levaram à organização de outras empreitadas acadêmicas, particularmente a participação no Grupo da Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD) da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Isso permitiu abrir novos horizontes de estudos ao apresentar novas categorias, como 'transferência de valor', 'intercâmbio desigual', 'padrão de reprodução do capital' e 'superexploração da força de trabalho', como peças analíticas importantes para entender a questão da dependência. Essa participação levou à gestação de um novo projeto coletivo, que abrigou, em um único grupo de estudos, a UFF, a UFRJ e a UNIRIO: o Grupo de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil, que tem como temática central a investigação da formação econômico-social e da particularidade sócio-histórica da questão social brasileira a partir da compreensão da realidade latino-americana e da categoria da 'dependência'. Ele se encontra em funcionamento desde 2018, congregando estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e técnicos. A participação nesse grupo já levou à coorientações, organização de publicações e eventos conjuntos.

Simultaneamente, como partes do trabalho docente, se coadunaram frentes de pesquisa no GPODE, organizando reuniões semanais de estudos com foco centrado na formação e configuração do Estado burguês, desde sua origem até sua fase imperialista atual diante da financeirização e do neoliberalismo, e sua relação com as políticas sociais<sup>5</sup>. Tais fundamentos serviram de base para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e formação em pesquisa na graduação, nos quais foram utilizados os fundamentos da Teoria Marxista da Dependência para pensar as tendências das políticas sociais, e, em particular, da Política Nacional de Assistência Social brasileira no contexto atual de crise. Desde a pandemia, os estudos do grupo se focaram nos temas mais voltados à dependência; primeiramente voltado a debates de textos sobre o desenvolvimento do capitalismo latino-americano e, posteriormente, na discussão sobre o processo de transição do sistema colonial para o capitalismo

dependente brasileiro, tomando a categoria 'capitalismo dependente' como guia de análise, visando aprofundar a compreensão sobre a constituição das particularidades histórico-concretas do capitalismo brasileiro e sobre como o Estado e as políticas sociais ganham especificidades sob a nossa formação econômico-social.

O Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) foi fundado na Universidade de Brasília em 2009, e, em 2015, assumiu o caráter interinstitucional, passando a estar formalmente vinculado à Universidade Federal Fluminense em articulação com outras instituições, UNIRIO, UERJ, UFRN e FIOCRUZ, com foco no debate dos fundamentos do Serviço Social. Veio articulando e difundindo estudos e pesquisas sobre a profissão a partir de seus fundamentos no trabalho, à luz da teoria social marxista. Tem como característica a prática solidária e coletiva entre seus(as) pesquisadores(as), com investimento em Grupos de Estudos Permanentes – GEP, intuindo contribuir com o aprofundamento de temas na pós-graduação e na graduação. Nos últimos anos, a produção do Núcleo deteve-se sobre as atuais configurações do trabalho no Brasil e no mundo, bem como nos aprofundamentos dos traços da formação social brasileira e seus impactos no Serviço Social.

Uma das atuais contribuições do NUTSS está alicerçada na produção científica e na socialização do conhecimento, que vem desenvolvendo por meio de estudos e debates acerca da teoria da reprodução social. A partir desse acúmulo teórico-metodológico, busca-se explicitar elementos presentes em pesquisas, disciplinas e publicações, já socializados por Silva *et al.*, (2023), e em atividades acadêmicas voltadas para compreensão da atual configuração do capitalismo, das ideologias dominantes e, especialmente, da inserção dependente do Brasil na economia mundial.

O Curso de Extensão *Dialética da dependência, superexploração da força de trabalho e divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino no Brasil*, com ações presenciais e virtuais, tem aglutinado profissionais e pesquisadores de diversos estados brasileiros com o objetivo de refletir e problematizar a fragmentação e a subalternização do trabalho de reprodução social. Geralmente visto como algo dissociado da esfera de produção social — trabalho praticamente privativo das mulheres — esse processo historicamente constituído se legitima a partir da divisão sexual e racial do trabalho na sociedade capitalista (FEDERICI, 2004; DAVIS, 2016). Desse modo, a teoria da reprodução social apreende o capitalismo como um sistema unitário, que desigualmente integra esfera da reprodução e da produção social, de forma que alterações em uma esfera impactam na outra.

Num país com expressivo contingente de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, a contribuição de Hirata (2010) considera as novas configurações da divisão sexual do trabalho. Empregos femininos precários e desprotegidos foram criados e ações de desregulamentação dos direitos trabalhistas incidiram em condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando a

carga de trabalho remunerado e não remunerado. As desigualdades recaem de maneira decisiva sob as responsabilidades atreladas à reprodução social e são privatizadas junto à desresponsabilização do Estado, onerando, principalmente, a população feminina, empobrecida e negra.

Os subsídios teórico-práticos para a realização das atividades de extensão se dão pelo engajamento coletivo entre os núcleos de pesquisa e, sobretudo, pelo compromisso político com a análise de experiências concretas como a do Programa *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro* e do Projeto de Extensão universitária *Formação Política, Educação Popular, Direitos Sociais e Serviço Social*. Tal ação, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPEF) e o NUTSS, articula assessoria técnica, formação política e educação popular como requisições profissionais de assistentes sociais, arquitetos e urbanistas, em uma perspectiva interdisciplinar na atuação junto a um dos movimentos sociais mais antigos e importantes da cidade de Niterói (RJ) (OLIVEIRA; SANTOS; BIENENSTEIN, 2019).

As iniciativas NUDISS, desde 2014, buscam manter um canal entre a universidade e as instituições, agregando profissionais (supervisoras(es) de campos de estágio) e segmentos infanto-juvenis. As linhas de pesquisa *Capitalismo, Direitos Humanos e Serviço Social e Políticas Públicas, Violência, Infância e Juventude* promovem atividades extensionistas como estratégia de troca e socialização do conhecimento produzido. Têm aglutinado pesquisadores(as) tanto da UFF como de Instituições de Ensino Superior (IES) e, além das atividades como grupos de estudos e os ciclos de debates, o núcleo fomenta a produção de conhecimento junto aos cursos de Graduação, Residência Multiprofissional do Hospital Universitário Antônio Pedro, Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e do PPGSSDR/UFF.

No que diz respeito ao Serviço Social, o texto de Lima (2023) socializa os resultados do Ciclo de leituras da obra de Marilda Villela Iamamoto, evidenciando a contribuição coletiva dessa ação para repensar criticamente a formação e o trabalho profissional, bem como o enriquecimento da trajetória discente na graduação e no mestrado e, dessa forma, “preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado” (IAMAMOTO, 2002, p. 163). Como desdobramento dessa atividade, que contou com a participação de docentes de todos os grupos de pesquisa do PPGSSDR, foi criada uma disciplina optativa que vem sendo ofertada com regularidade no curso de graduação e aberta à participação de assistentes sociais que supervisionam campos de estágio.

Além da participação das bancas examinadoras, são realizadas assessorias e palestras em municípios e com demais entidades sobre os desafios que cercam o trabalho de assistentes sociais

em conselhos gestores, conselhos tutelares, unidades de acolhimento e no sistema socioeducativo. As reflexões sobre as estratégias de prevenção ao trabalho infantil, à violência sexual e à tortura têm reverberado em atividades que atravessam o cotidiano profissional e estimulam debates fundamentais sobre crianças, adolescentes e o processo de institucionalização, no Executivo e no Judiciário (FÁVERO, 2001; IAMAMOTO, 2004; SANTOS; GOMES, 2021; SIMAS; FERNANDES, 2022; SANTOS; SIMAS; LIMA, 2022).

Após três décadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o trabalho de assistentes sociais, na docência e em diferentes espaços sócio-ocupacionais, de acordo com “Estado da Arte” produzido por Fávero (2021), tem sido adensado e expandido para diversas frentes de atuação intersetorial. A contribuição profissional nessa área é incontestável e, de forma permanente, o Serviço Social tem se confrontado com a criminalização da questão social, o enfrentamento ao conservadorismo e a compreensão dos fenômenos da violência que ameaçam a democracia, os compromissos com a proteção integral e os ideais emancipatórios (LIMA; SOARES; SILVA, 2020; GARCIA; LIMA, 2020; MAURIEL *et al.*, 2020b).

Os cursos *Conselheiros Tutelares e Educadores Sociais Trabalhando a Ação Política com Crianças e Adolescentes (CONT.ES.T.AÇÃO POLÍTICA)* e *Política e Direito da Criança e do Adolescente* foram ações de extensão<sup>6</sup>, que objetivavam fortalecer a formação, o trabalho, a ação educativa e relação ética dos sujeitos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. As turmas, com oitenta vagas disponíveis, contaram com participação de profissionais e docentes de Direito, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva e Serviço Social, com inserção em instituições como: Associação dos Conselheiros(as) Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Centro Internacional de Estudos e Pesquisa Sobre Infância, Organização de Direitos Humanos – Projeto Legal, Rede Rio Criança, FIOCRUZ, PUC-RJ, UERJ, UFF, UFRRJ, UFRJ, dentre outras.

Em suma, as produções acadêmicas recentes, de Amaral *et al.*, (2021); Duarte e Lima (2022); Lima (2020); Lima; Sousa; Prestes (2021); Mauriel *et al.*, (2020); Mauriel (2023); Ramos; Oliveira; Soares (2020); Santos; Simas; Lima (2022); Saraiva (2022) e Sousa; Oliveira; Souza (2023), alimentam debates que, ao mesmo tempo, reafirmam a direção estratégica e extrapolam o Serviço Social com repercussão em todo território nacional. Tais publicações expressam não apenas as preocupações acerca da ofensiva conservadora contra a universidade pública ou a conexão entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que atualizam o significado histórico da profissão mas, sobretudo, uma profícua aproximação intersetorial e interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento que, sintonizadas com o marxismo, reconhecem o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais e na defesa da unidade entre ensino, pesquisa e

extensão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves análises apresentadas neste texto tiveram como objetivo reafirmar a importância de pautarmos a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como princípio da universidade pública a serviço da classe trabalhadora. A universidade, como um espaço privilegiado de construção do saber, materializa o direito de trabalhadoras(es) acessarem o conhecimento científico pela oferta de uma formação profissional crítica, densa e qualificada socialmente, e alarga o horizonte intelectual de todos os envolvidos no processo político-pedagógico pela oportunidade de construção coletiva.

A participação dos corpos docente e discente nos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTP/ABEPSS tem contribuído para impulsionar a articulação nacional, aumentar a visibilidade do PPGSSDR, e estimular a troca de conhecimentos e a produção coletiva que interponha limites ao individualismo, à competitividade e ao produtivismo exacerbado nos meios acadêmicos. É uma oportunidade ímpar para conhecer mais sobre a dinâmica da produção de conhecimento da categoria e de como ela se expressa na luta de classes e nas estratégias de resistência aos ditames do mercado e interesses liberais.

Por fim, cabe salientar que, em tempos recentes, as medidas ultraneoliberais desestruturaram direitos e seus traços fascistas promoveram uma ofensiva à universidade pública, tanto no desfinanciamento e nos cortes de bolsas de estudo como no ataque ao pensamento crítico e à “guerra cultural”, que desqualificou o conhecimento científico em defesa das *fake news*. Os resultados deste artigo indicam que, de tal modo, as estratégias coletivas são fundamentais para enfrentar o individualismo, e esperamos que sirvam de inspiração para outros Programas de Pós-Graduação. A universidade pública, resiste!

## REFERÊNCIAS

ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social]. **A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. Gestão 2009-2010. Rio de Janeiro, 2009. Mimeo

ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social]. Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social]. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2022.



AMARAL, A.; OLIVEIRA, A. C. O de.; SOUZA, C. L. S de.; SOUZA, E, A de.; LARA, R.; GOMES, V. L, B. A centralidade do trabalho e da questão social: subsídios para as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 21, n. 42, jul./dez. 2021.

ANDES-SN [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior]. **Caderno 2. Proposta do ANDES para a Universidade Brasileira**. 2013. 4ª. Edição Atualizada. Disponível em <<https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>> Acesso em 14 jun. 2023.

BARBOZA, D. R.; PEREIRA, T. D.; VALE. A. A. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e a universidade pública. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 139, São Paulo: Cortez, 2020.

CFESS [Conselho Federal de Serviço Social. Brasília]. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 1. ed [recurso eletrônico], 2016.

DUARTE, J.; LIMA, K. Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque. **Argumentum**. Vitória, v. 14, n. 1, p. 10-25, jan./abr. 2022.

FARAGE, E. J.; LIMA, K. “Na luta é que a gente se encontra”: reflexões sobre a greve da educação pública federal de 2012. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 11-45, maio/ago. 2022. <https://doi.org/10.5965/1984723823522022011>.

FÁVERO, E. T. (org.). **Crianças, adolescentes, jovens e direitos fundamentais**: Estado da Arte no Serviço Social e grupos de pesquisa. São Paulo: PUC-SP/PEPGSS/ NCA, 2021.

FÁVERO, E.T. **Rompimento dos vínculos do pátrio poder**: condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras, 2001.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Tradução do coletivo Sycorax. [recurso digital], 2004.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. 1975b. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975b.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução. São Paulo: Alfa-Omega, 1975c.

GARCIA, J. LIMA, R. Estatuto da Criança e do Adolescente: 30 anos de proteção? *In*: SILVA, C. M.; PEREIRA, P.; SOUZA, V. C. (orgs.). **30 anos do ECA**. Rio de Janeiro, CEDECA, 2020. Disponível em <https://cedecarj.org.br/2020/12/17/livro-digital-30-anos-do-eca/> Acesso em: 15 jun. 2023.

HIRATA, H. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade- 2**

ed, p. 1-7, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; ELPÍDIO, M. H.; LEMOS, E.; RAICHELIS, R.; SILVA, A. P. P. A importância da pesquisa acadêmica do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) no contexto da Reconceituação. *In*: EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social**: América Latina, Europa e EUA. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família, e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. *In*: SALES, M. S. MATOS, M. C. LEAL, M. C. (orgs.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2002.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Caderno ABESS**. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social, n. 8. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, K. R. de S. (orgs.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LIMA, K.; SOUSA, A. A. S.; PRESTES, L. C. Ensino remoto emergencial e intensificação do trabalho docente. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 554-573, jul. / dez. 2021.

LIMA, K.; SOARES, L.; SILVA, L. C. da. (orgs.). **Neoconservadorismo, ataque aos direitos humanos e religiosidades**: posicionamentos urgentes ao Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

LIMA, R. Leituras dirigidas de Marilda Iamamoto: a atualidade e a relevância na formação em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 146, (3), São Paulo: Cortez, 2023.

MAURIEL, A. P. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza**. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

MAURIEL, A. P. O.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M da.; LIMA, R. S. (orgs.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

MAURIEL, A. P. O.; SIMAS, F. N.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M da. (orgs.). Dossiê temático violência de estado e política social: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n. Especial, 2020b.

MAURIEL, Ana Paula. Estado, capitalismo dependente e racismo no Brasil: considerações teórico-metodológicas. **Revista Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, p. 307-328, 2023.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil no pós-64. São Paulo: Cortez, p. 247-308, 2005.

OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, F. H.; BIENENSTEIN, R. Movimentos sociais urbanos, Extensão Universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica. **Revista Temporalis**. Brasília (DF): ABEPSS, 2019.

RAMOS, A.; OLIVEIRA, A.C.O de e SOARES, M. Desenvolvimento Regional e a produção de conhecimento na pós-graduação: reflexões e desafios. *In: CARVALHO, D. B. B. de; STAMPA, I; SANTANA, J. V. e SILVA, M. L. de O. (orgs.). Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos*. São Paulo: Cortez, p. 153-166, 2020.

SANTOS, E.C; SIMAS, F.N; LIMA, R.S (orgs.). **Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

SANTOS, E.C.; GOMES, A. A. Redução da maioridade penal, práticas punitivas e sistema socioeducativo: desafios ao trabalho do serviço social. **Serviço Social em Debate**, v. 4, p. 62-85, 2021.

SARAIVA, V. C. S. **Serviço Social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro. Mórula editorial, 2022.

SAVIANI, D. Meio século de Pós-Graduação no Brasil: do período heróico ao produtivismo pela mediação de um modelo superior às suas matrizes. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 7, n. 14, Edição Especial, p. 12-39, 2020.

SILVA, A. C. C.; OLIVEIRA, A. C. O.; CONCEIÇÃO, A. M. A.; OLIVEIRA, F. A.; MACHADO, F. C. Capitalismo dependente, divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino: ensino, pesquisa e extensão em movimento. **Anais**. XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2023.

SIMAS, F. N.; FERNANDES, I. S. Prisões e a política de enfrentamento à tortura no Brasil. *In: CONCEIÇÃO, J.R.; RUIZ, J. L. S. (orgs.). Serviço Social e prisões: dimensões e desafios políticos e profissionais*. 1ed. Campinas-SP: Editora Papel Social, v. 1, p. 21-40, 2022.

SOUSA, A. A. S.; OLIVEIRA, A. C. O.; SOUZA, G. (orgs.). **Duras vidas Severinas: realidade brasileira e Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

## Notas

<sup>1</sup> De acordo com Saviani (2020), o modelo americano se impôs e o Brasil não teve como alternativa senão assumir a distinção entre mestrado acadêmico e profissional, curvando-nos às exigências de competitividade e atendimento das demandas de mercado com a criação dos mestrados profissionais. Entretanto, o Serviço Social vem resistindo a tais investidas.

<sup>2</sup> Criada em 1951, é um órgão do Governo Federal ligado ao Ministério da Educação, responsável pela consolidação e expansão dos estudos pós-graduados no país.

<sup>3</sup> A primeira mulher a assumir a presidência do Brasil. Eleita em 2010 e reeleita em 2014, o seu mandato foi interrompido por um fraudulento processo de *impeachment* em 2016.

<sup>4</sup> Nessa mesma concepção, além de instituir cotas para candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os), o PPGSSDR garante vagas supranumerárias para servidoras(es) da UFF, para pessoas indígenas, quilombolas, trans (transexuais, transgêneros e travestis), com deficiência e em situação de refúgio.

<sup>5</sup> Atualmente a pesquisa tem centrado suas preocupações em compreender o uso de moedas sociais como instrumento de política social local nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Cursos gratuitos com abrangência estadual e nacional. A carga horária totalizava, respectivamente, 60h (em modalidade presencial) e 40h (em modalidade remota e, depois da pandemia, de maneira híbrida). O primeiro recebeu inscrições de participantes de 26 municípios dos 92 existentes no Rio de Janeiro e o segundo, contou com mais de três mil inscrições de todas as regiões do Norte ao Sul do país.